



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS**

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

**MODALIDADE:** EDITAL DE RDC PRESENCIAL SRP 01/2016

**TIPO DE LICITAÇÃO:** MAIOR DESCONTO

**EXECUÇÃO:** CONTRATAÇÃO INTEGRADA

**PROCESSO N° 23343.001270/2016-28**

**O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS** por meio da Comissão Especial de Licitação, designada pela portaria n.º 796 de 20/04/2016, leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da lei n.º 12.462/2011, aplicando-se a lei federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, quando expressamente indicado na lei federal n.º 12.462/2011, e alterações subsequentes e dos decretos n.º 7.581/2011, decreto n.º 8.251/2014 e decreto n.º 7.892/2013, realizará licitação na modalidade de **RDC PRESENCIAL**, através do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MAIOR DESCONTO**, através de **CONTRATAÇÃO INTEGRADA**, sob o regime de **EMPREITADA INTEGRAL**, por compra Nacional para a prestação de serviços de implantação de usina fotovoltaica no **IFSULDEMINAS**, mediante as condições estabelecidas neste edital e seus anexos, as minutas que foram examinados pela Procuradoria Jurídica.

**RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:** Documentação e Proposta de Preço

**Local:** Sala de Reuniões do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

**Endereço:** Avenida Vicente Simões, 1.111, Nova Pouso Alegre, CEP 37.550-000, Pouso Alegre, MG

**Data:** Dia 17/06/2016

**Horário:** 09:00 horas

A **vistoria facultativa** deverá ser feita **entre os dias 18/05/2016 a 20/05/2016**, conforme agendamento no órgão gerenciador ou órgãos participantes.

**1 DO OBJETO E DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL**

**1.1** Constitui objeto desta licitação o registro de preço para futura e eventual contratação integrada de pessoa jurídica especializada na tecnologia de produção de energia sustentável, para elaboração dos projetos básico e executivo, com fornecimento de materiais e equipamentos, construção, montagem e colocação em operação, a realização de testes, a pré-operação e todas as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto,

que são 82 (oitenta e dois) módulos de Geradores de Energia Solar Fotovoltaicos em pleno funcionamento, conforme anteprojeto e demais documentos componentes do correspondente processo, destinados a atender ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS, que assume a condição de Órgão Gerenciador, bem como aos demais órgãos abaixo listados, na condição de órgãos participantes com a intenção de realizar compra nacional.

**1.2** Os vários órgãos foram agrupados por unidades Federativas tendo em vista as diversas localizações, com vistas a propiciar uma futura e eventual contratação a preços reais, considerando toda a logística para a execução do objeto deste edital.

GRUPO	ÓRGÃO	SIGLA	QUANT. POR INSTITUTO	MUNICÍPIO	UF	QUANTIDADE POR GRUPO
01	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS	IFSULDEMINAS	1	Pouso Alegre – Reitoria	MG	09
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS	IFSULDEMINAS	1	Inconfidentes	MG	
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS	IFSULDEMINAS	1	Machado	MG	
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS	IFSULDEMINAS	1	Muzambinho	MG	
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS	IFSULDEMINAS	1	Passos	MG	
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS	IFSULDEMINAS	1	Poços de Caldas	MG	
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS	IFSULDEMINAS	1	Pouso Alegre – Campus	MG	
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS	IFSULDEMINAS	1	Pouso Alegre – Campus	MG	

	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS	IFSULDEMINAS	1	Carmo de Minas	MG	
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS	IFSULDEMINAS	1	Três Corações	MG	
02	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO	IFES	1	Guarapari	ES	02
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO	IFES	1	São Mateus	ES	
03	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS	IFTO	1	Palmas/Reitoria	TO	02
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS	IFTO	1	Campus Palmas	TO	
04	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO	IFBAIANO	1	Guanambi	BA	02
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO	IFBAIANO	1	Uruçuca	BA	
05	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE	IFSUL	1	Charqueadas	RS	02

	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE	IFSUL	1	Bagé	RS	
06	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA	IFB	01	Planaltina	DF	02
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA	IFB	1	Estrutural	DF	
07	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS	IFG	1	Itumbiara	GO	03
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS	IFG	1	Uruaçu	GO	
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO	IFG	1	Goiânia – Reitoria	GO	
08	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ	IFPR	1	Paranavaí	PR	02
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ	IFPR	1	Ivaiporã	PR	
09	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO GROSSO DO SUL	IFMS	1	Corumbá	MS	02

	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO GROSSO DO SUL	IFMS	1	Nova Andradina	MS	
10	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO GROSSO	IFMT	1	Alta Floresta	MT	10
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO GROSSO	IFMT	1	Campo Novo do Parecis	MT	
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO GROSSO	IFMT	1	Confresa	MT	
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO GROSSO	IFMT	1	Cuiabá	MT	
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO GROSSO	IFMT	1	Juína	MT	
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO GROSSO	IFMT	1	Pontes e Lacerda	MT	
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO GROSSO	IFMT	1	Primavera do Leste	MT	
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO GROSSO	IFMT	1	Santo Antônio do Leverger	MT	
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO GROSSO	IFMT	1			

	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO GROSSO	IFMT	1	Sorriso	MT	
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MATO GROSSO	IFMT	1	Várzea Grande	MT	
11	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA	IFRO	1	Ariquemes	RO	03
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA	IFRO	1	Colorado do Oeste	RO	
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA	IFRO	1	Porto Velho	RO	
12	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	IFSP	1	Araraquara	SP	28
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	IFSP	1	Avaré	SP	
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	IFSP	1	Barretos	SP	
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	IFSP	1	Birigui	SP	
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,	IFSP	1	Boituva	SP	

CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO					
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	IFSP	1	Bragança Paulista	SP	
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	IFSP	1	Campos do Jordão Prédio 1	SP	
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	IFSP	1	Capivari	SP	
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	IFSP	1	Caraguatatuba	SP	
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	IFSP	1	Cubatão	SP	
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	IFSP	1	Guarulhos	SP	
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	IFSP	1	Hortolândia	SP	
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	IFSP	1	Itapetininga	SP	
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	IFSP	1	Itaquaquecetuba – Campus Novo	SP	

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	IFSP	1	Jacareí	SP
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	IFSP	1	Matão	SP
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	IFSP	1	Piracicaba	SP
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	IFSP	1	Pirituba – Campus Novo	SP
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	IFSP	1	Presidente Epitácio	SP
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	IFSP	1	Registro	SP
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	IFSP	1	Salto	SP
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	IFSP	1	São Carlos	SP
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	IFSP	1	S. João da Boa Vista	SP
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,	IFSP	1	S. José dos Campos	SP



	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO					
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	IFSP	1	São Paulo	SP	
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	IFSP	1	São Roque	SP	
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	IFSP	1	Sertãozinho	SP	
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	IFSP	1	Tupã – Campus Avançado	SP	
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO	IFSP	1	Votuporanga	SP	
13	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA	IFRR	1	Boa Vista	RR	03
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA	IFRR	1	Caracaraí	RR	
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA	IFRR	1	Amajari	RR	
14	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS	IFNMG	1	Almenara	MG	07

	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS	IFNMG	1	Araçuaí	MG	
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS	IFNMG	1	Arinos	MG	
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS	IFNMG	1	Januária	MG	
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS	IFNMG	1	Montes Claros	MG	
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS	IFNMG	1	Pirapora	MG	
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS	IFNMG	1	Salinas	MG	
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS	IFNMG	1	Salinas	MG	
15	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	IFMG	1	Santa luzia	MG	04
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	IFMG	1	Ribeirão das Neves	MG	
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	IFMG	1	Betim	MG	
	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS	IFMG	1	Sabará	MG	

	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS					
<b>TOTAL</b>						<b>82</b>

**1.3** Compreendem o objeto:

**1.3.1** O fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários para a instalação do sistema de geração de energia elétrica através do sistema fotovoltaico;

**1.3.2** A elaboração dos projetos elétricos necessários ao correto funcionamento e instalação do sistema;

**1.3.3** A condução dos processos Administrativos e Técnicos junto à concessionária local de energia;

**1.3.4** Treinamento e capacitação técnica da equipe de manutenção;

**1.3.5** A manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, conforme especificado neste edital e na minuta do contrato;

**1.3.6** Monitoramento energético e Climático com fornecimento de relatórios bimestrais conforme especificado na minuta do contrato.

**1.4** A existência de preços registrados não obriga o IFSULDEMINAS e Unidades Participantes a firmarem as contratações que deles poderão advir, ficando-lhes facultada a realização de licitações para aquisição de um ou mais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei nº. 8.666/93 e do art. 16 do Decreto nº 7.892/2013.

**1.5** Em caso de divergência entre as especificações do objeto, descritas no edital, e as especificações técnicas, constantes no anteprojeto e seus encartes, o fornecedor deverá obedecer ao anteprojeto.

**1.6** Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

**1.6.1** Anexo I – Anteprojeto e seus Encartes;

**1.6.2** Anexo II – Modelo de Proposta;

**1.6.3** Anexo III – Modelo de Planilha de Custos;

**1.6.4** Anexo IV – Modelo Cronograma Físico-Financeiro;

**1.6.5** Anexo V – Modelo Demonstrativo BDI;

**1.6.6** Anexo VI – Modelo Declaração de Elaboração Independente de Proposta;

**1.6.7** Anexo VII – Modelo Declaração de Ciência do Edital;

**1.6.8** Anexo VIII – Modelo Declaração de Recebimento dos Documentos do Edital;

**1.6.9** Anexo IX – Modelo Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;

**1.6.10** Anexo X – Modelo Declaração do Trabalho do Menor;

**1.6.11** Anexo XI – Modelo Declaração Vistoria;

**1.6.11.1** Anexo XI-A – Modelo Declaração de Pleno Conhecimento e Condições das peculiaridades do objeto;

**1.6.12** Anexo XII – Modelo de Declaração de indicação do responsável técnico;

**1.6.13** Anexo XIII – Modelo de Declaração de indicação do prazo da execução do objeto;

**1.6.14** Anexo XIV – Modelo Declaração de que nenhum dirigente ou responsável técnico da licitante pertence ao quadro de funcionários do IFSULDEMINAS;

**1.6.15** Anexo XV – Modelo de Declaração do material de primeira qualidade;

**1.6.16** Anexo XVI – Relação de compromissos de realização de obras ou reformas assumidas pelo licitante;

**1.6.17** Anexo XVII – Modelo Declaração ME/EPP;

- 1.6.18** Anexo XVIII – Modelo de Carta de Credenciamento;  
**1.6.19** Anexo XIX – Minuta da Ata de Registro de Preços;  
**1.6.20** Anexo XX – Minuta do Contrato;

**1.7** O Edital e seus Anexos poderão ser retirados na Coordenação Geral de Licitações e Compras – CGLC do IFSULDEMINAS, no endereço Av. Vicente Simões, 1.111, Bairro Nova Pousa Alegre, Pousa Alegre – MG, de 2ª a 6ª feira (dias úteis), das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas, ou no site de licitações do IFSULDEMINAS, no endereço, <http://www.ifsuldeminas.edu.br/index.php/pt/licitacoes>

## **2 DAS IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS**

**2.1** Caberão pedidos de esclarecimento de dúvidas e impugnações ao presente Edital até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura das propostas, devendo ser remetidos para a Comissão Especial de Licitação – CEL, preferencialmente via e-mail [licitacao@ifsuldeminas.edu.br](mailto:licitacao@ifsuldeminas.edu.br), podendo ainda ser protocolados pessoalmente, em horário comercial, no CGLC (Coordenação Geral de Licitação e Compras), conforme endereço constante do rodapé deste Edital.

**2.1.1** A Comissão isenta-se de responsabilidade por quaisquer problemas com conexão de internet, provedores e/ou outros meios que impeçam a remessa dos documentos citados no subitem 2.1, em que, para tanto, viabiliza a protocolização presencial, exclusivamente na sala do CGLC.

**2.1.2** Não será aceita, pela CEL, a alegação de que o envio foi realizado, se feita unicamente mediante comprovação pela caixa de saída do endereço eletrônico do remetente, cabendo ao licitante a responsabilidade de confirmar o recebimento, ou não, do documento.

**2.2** Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital e seus Anexos o licitante que não o fizer até o prazo indicado no subitem anterior, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

**2.3** As decisões da CEL serão comunicadas diretamente por escrito, via e-mail cadastrado no SICAF ou na Sessão Pública presencial aos representantes legais dos licitantes, principalmente no que se refere a:

- 2.3.1** Julgamento das propostas;
- 2.3.2** Habilitação ou inabilitação do licitante;
- 2.3.3** Resultado de recurso porventura interposto;
- 2.3.4** Resultado de julgamento da licitação.

**2.4** As respostas da CEL aos pedidos de esclarecimento formulados serão enviadas por e-mail aos solicitantes e divulgadas aos demais na página <http://www.ifsuldeminas.edu.br/index.php/pt/licitacoes>

**2.5** Os licitantes poderão ter vista do processo, e solicitar esclarecimentos no CGLC.

## **3 DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

**3.1** A presente licitação reger-se-á pelo disposto neste Edital e em seus Anexos, pela Lei nº 12.462/2011 alterada pela Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, Decretos: nº 7.581/2011, nº 7.892/2013 e nº 8.251/2014 e pela Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, subsidiariamente onde a Lei nº 12.462 assim expressar e demais Legislações pertinentes, por se tratar de serviços de engenharia.

## 4 DA JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO RDC

**4.1** O RDC oferece à Administração Pública uma modalidade de contratação mais célere para obras e serviços, que reduz os riscos quanto à qualidade e aos custos do objeto contratado.

**4.2** Trata-se de uma forma mais eficiente de execução dos contratos, na qual os riscos são compartilhados com o contratado, a exemplo da contratação integrada, cujo vencedor da licitação é quem deve elaborar os projetos básico e executivo, a partir de um anteprojeto de engenharia fornecido pela Administração Pública. O contratante assume os riscos associados à execução da obra ou serviço, não podendo alegar qualquer falha nos projetos ou qualquer problema de execução para modificar o contrato. A obra deve ser entregue à Administração, no prazo e pelo preço contratado, em condições de operação imediata, vedado qualquer aditivo por falha nas etapas de execução.

**4.3** Dentre os inúmeros avanços, uma das grandes vantagens na utilização do RDC encontra-se na redução da duração de todo procedimento licitatório. Pesquisas demonstram que, em média, a duração dos processos realizados em conformidade com o disciplinado pela Lei nº 8.666, de 1993, são de 250 dias, já sob a égide do Regime Diferenciado de Contratações, estima-se o período de 70 a 80 dias.

**4.4** O Regime, ainda, promove a troca de experiências e tecnologias, em busca da melhor relação entre custos e benefícios para o setor público e como forma de incentivar a inovação tecnológica, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, a busca pela ampliação da competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

**4.5** Acrescentam-se, ainda, outros avanços. Dentre eles:

**4.5.1** A não divulgação do orçamento estimado para os participantes durante a licitação, buscando evitar conluio e outras práticas anticoncorrenciais, a exemplo dos recursos protelatórios de impugnação do edital, sob a alegação de erros no orçamento estimado. Destaca-se, porém, que o orçamento fica disponível todo o tempo para os órgãos de controle e é divulgado após o encerramento do processo/adjudicação;

**4.5.2** A instituição de fase recursal única, economizando tempo e reduzindo as possibilidades de manobras protelatórias por parte dos participantes da licitação;

**4.5.3** A instituição da pré-qualificação permanente e do sistema de registro de preços de obras e serviços, dando celeridade ao processo e diminuindo os riscos da contratação;

**4.5.4** A combinação de diferentes etapas de disputa entre os participantes, abertas ou fechadas, estimulando a concorrência e aumentando os ganhos da Administração;

**4.5.5** A inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento como regra, diminuindo a burocracia e reduzindo o custo para os participantes.

## 5 DO MODO DE DISPUTA E DA FORMA DE EXECUÇÃO DA LICITAÇÃO

**5.1** O **modo de disputa** do presente **certame** será fechado, o que significa que não haverá fase de lances e que o preço a ser registrado será de acordo com o percentual de desconto ofertado na proposta conforme anexo II do edital.

**5.2** Por limitações operacionais, a forma de execução da licitação será **presencial**.

## **6 DO REGIME DE CONTRATAÇÃO**

**6.1** O regime de contratação será o de **empreitada integral**.

**6.2** O regime de execução será o de **contratação integrada**.

## **7 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**7.1** O critério de julgamento do presente certame será o de **PERCENTUAL DE MAIOR DESCONTO**.

**7.2** O MAIOR DESCONTO será identificado pelos números acompanhados do símbolo de % (percentual), que incidirá sobre o valor de referência unitário do subitem 13.21.

**7.3** As propostas deverão ser apresentadas conforme anexo II do edital.

## **8 DA PARTICIPAÇÃO**

**8.1** Poderão participar deste RDC quaisquer licitantes, inscritos ou não no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), que tenham especificado como objetivo social da empresa, expresso no estatuto ou contrato social, atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, e que atendam a todas as exigências estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

**8.2** O cadastramento do licitante no SICAF, de que trata a IN SLTI/MPOG nº 02/2010, é válido como parte dos requisitos mínimos da contratação.

**8.3** O cadastramento com a habilitação parcial no SICAF poderá ser realizado em qualquer unidade dos órgãos/entidades que integram o Sistema de Serviços Gerais (SIASG), localizados nas Unidades da Federação.

**8.4** Sendo o licitante declarado vencedor do certame e não estando regularmente cadastrado no SICAF, deverá fazê-lo no prazo de 3 (três) dias úteis, a fim de que possa realizar a contratação.

**8.5** Poderão participar deste RDC as empresas que:

**8.5.1** Estejam reunidas em CONSÓRCIO subscrito pelos consorciados e em número máximo de 02 (duas) empresas, atendidas as condições previstas no art. 51 do Decreto nº 7.581/2011 e aquelas estabelecidas neste Edital.

**8.5.2** Apresentem termo de Compromisso Particular, subscrito pelos consorciados, com o devido reconhecimento de suas firmas em cartório, indicando os serviços/produtos ofertados por consorciada em relação ao objeto desta licitação, definindo, assim, a respectiva participação de cada consorciado.

**8.5.3** Indicação da empresa líder do consórcio, que deverá se responsabilizar pela coordenação do objeto e representação junto à contratante, bem como pela apresentação da garantia.

**8.5.4** As empresas consorciadas responderão, solidariamente, pelos atos praticados pelo consórcio em que se constituírem, desde a fase da licitação até o final da execução do contrato e conclusão dos serviços, até o recebimento definitivo.

**8.5.4.1** A cláusula de responsabilidade solidária dos consorciados deverá estar expressa no compromisso de constituição de consórcio, a ser firmado pelos licitantes, e no contrato a ser celebrado com a Administração.

**8.5.5** Cada empresa integrante do consórcio terá que apresentar, individualmente, toda a documentação de habilitação exigida por este Edital e seus anexos.

**8.5.6** As Microempresas – MEs e Empresas de Pequeno Porte – EPPs, para se valerem do benefício de tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não poderão se consorciar com empresas de grande porte.

**8.5.7** É obrigatória a constituição e o registro do consórcio, se houver, antes da celebração do contrato.

**8.5.8** A empresa que participar desta licitação em consórcio não poderá participar isoladamente, tampouco como membro de mais de um consórcio.

**8.5.9** A empresa líder do consórcio será a responsável pela oferta do desconto durante o certame, em nome do consórcio.

**8.5.10** No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

**8.5.11** O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitatório, até sua aceitação definitiva.

**8.5.12** Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não alterarão a constituição ou composição do consórcio, visando manter válidas as premissas que asseguram a sua habilitação, salvo aprovação pelo IFSULDEMINAS;

**8.6** Não poderão participar deste RDC:

**8.6.1** Empresas que se encontram em regime de concordata ou com falência decretada, em concurso de credores, processo de insolvência, dissolução e liquidação;

**8.6.2** Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado, do Município ou do DF, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

**8.6.3** Empresas que estejam suspensas ou impedidas de contratar com a Administração Pública;

**8.6.4** Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

**8.6.5** Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, entendidas como aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

**8.6.6** Empresas que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias umas das outras;

**8.6.7** Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Edital.

**8.6.8** Servidor Público ou ocupante de cargo em comissão do IFSULDEMINAS ou dos órgãos participantes na licitação.

**8.6.9** Nenhum licitante poderá participar desta licitação com mais de uma Proposta Comercial.

**8.7** A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes neste Edital e em seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, e a responsabilidade pela fidedignidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.



## 9 DO CREDENCIAMENTO

**9.1** O credenciamento constitui a primeira fase do certame e torna o licitante apto a participar do certame, sendo nesta fase o momento de apresentar representantes, declarações a respeito do regime da empresa e demais informações que a identifiquem perante o órgão;

**9.2** O credenciamento se inicia no momento exato em que o presidente da comissão declara aberta a sessão pública e se encerra no momento em que o último representante presente se credencia. Caso algum interessado compareça posteriormente, poderá acompanhar a sessão pública na qualidade de ouvinte, apenas;

**9.3** O representante legal da licitante, que não se credenciar perante a COMISSÃO, ficará impedido de manifestar-se na Sessão Pública e de ser participante do certame, podendo acompanhar a sessão apenas na qualidade de ouvinte, como cidadão interessado;

**9.4** A licitante deverá apresentar-se para credenciamento, junto à COMISSÃO, por meio de um representante legal que deverá comprovar oficialmente sua identidade e sua condição de representante da empresa;

**9.5** Para o credenciamento não é necessária a apresentação de envelope fechado e os documentos a serem apresentados serão os seguintes:

**9.5.1** **Documento pessoal oficial**, com foto, do representante da licitante (RG, CNH, passaporte, dentre outros);

**9.5.2** **Instrumento público de procuração ou instrumento particular** com firma reconhecida que outorgue ao representante **poderes especiais** para formular ofertas, lances de preços, participar de certames, assumir obrigações em nome da empresa **OU**, caso seja o representante sócio, proprietário, dirigente ou semelhante da empresa proponente, deverá apresentar o documento que o outorgue **expressamente** tais poderes especiais, sendo este, cópia autenticada do **Estatuto ou Contrato Social** da empresa, devidamente registrado na Junta Comercial;

**9.5.2.1** Para o caso do representante com instrumento de procuração, pública ou particular, o mesmo deverá apresentar cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social da empresa que representa, comprovando a aptidão do outorgante de lhe conferir os poderes outorgados;

**9.5.2.2** Os documentos que devem ser autenticados podem sê-lo em Cartório ou pela comissão especial de licitação e, neste caso, deverão ser apresentados para autenticação impreterivelmente no limite máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes da Sessão Pública.

**9.5.3** Declaração dos interessados, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, e que não estão incursos em nenhum dos impedimentos elencados por este Edital;

**9.5.4** Declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para qualificação como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa, estando apta a usufruir do tratamento diferenciado estabelecido nos Arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, se for o caso;

**9.6** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, aos impedimentos de participação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital;



**9.7** A ausência de oposição de assinatura nas declarações elaboradas pela própria licitante, bem como a omissão referente a datas, poderão ser supridas pelo representante legal durante a sessão pública, se comprovadamente possuir poderes para esse fim.

## **10 DA VISTORIA AO LOCAL DOS SERVIÇOS**

**10.1** A vistoria ao local de serviços, na sede do órgão gerenciador ou dos participantes, é facultativa e permite ao fornecedor o conhecimento das condições locais para a prestação dos serviços e a melhor adequação da proposta formulada. A vistoria **não é obrigatória**, porém o licitante que dispensá-la o fará por declaração escrita assumindo a responsabilidade por não ter conhecido o local e, ainda, não poderá alegar posteriormente o desconhecimento das condições;

**10.2** A vistoria deverá ser previamente agendada, no local a ser vistoriado, entre os dias 18/05/2016 à 20/05/2016 e recomenda-se que o representante legal do licitante possua formação adequada, devido à complexidade dos serviços objeto desta licitação;

**10.3** Informações sobre o local dos serviços para realização de vistoria poderão ser obtidas junto aos órgãos participantes conforme endereços especificados neste edital;

**10.4** O documento de vistoria é apresentado no **envelope de HABILITAÇÃO**, sendo o Anexo XI para os que optarem por fazê-la e o Anexo XI-A para os que optarem por não fazê-la, concordando com todas as condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos, devendo informar o objeto da presente licitação e o número deste RDC.

## **11 DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS**

**11.1** Os documentos serão apresentados ao órgão gerenciador na data e no local indicado por este Edital para o processamento da licitação. Caso por qualquer motivo não haja expediente ou ocorra qualquer fato superveniente que impeça a realização deste certame, a sessão será automaticamente reagendada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário;

**11.2** Os documentos serão apresentados em três momentos diferentes, os documentos referentes **ao credenciamento serão apresentados fora de envelope**, enquanto que os referentes à **proposta conforme anexo II do edital deverá ser apresentada dentro de envelope nº 1 e os documentos para habilitação deverão ser apresentados no envelope nº 2, identificados conforme modelos abaixo e os dois envelopes deverão estar previamente lacrados e rubricados no fecho**, para preservar o sigilo da proposta, sobrescritos com a razão social e CNPJ do licitante, número desta Licitação, data e horário, devendo conter a indicação correspondente ao seu conteúdo, a saber:

### **ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA DE PERCENTUAL DE DESCONTO**

EDITAL RDC Nº 01/2016

DENOMINAÇÃO SOCIAL DA PROPONENTE E  
CNPJ:

### **ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**

**11.3** Não serão aceitos documentos fotocopiados em papel termossensível (fac-símile);

**11.4** Todos os documentos deverão ser apresentados em original (e neste caso ficará retido para ser juntado ao processo), por processo de cópia autenticada por cartório competente ou pela comissão especial de licitação (em até vinte e quatro horas antes da sessão pública), ou publicação em órgão da imprensa oficial, salvo declarações de web sites que não contenham autenticação, ainda que oficiais;

**11.5** Os documentos deverão ser apresentados em linguagem clara, sem rasuras, emendas, entrelinhas ou ressalvas, e deverão observar as seguintes regras com relação ao idioma:

**11.5.1** Todos os documentos que se relacionam a esta licitação deverão ser apresentados em língua portuguesa, e toda a documentação será compreendida e interpretada de acordo com o referido idioma;

**11.5.2** Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por tradutor juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos;

**11.5.3** Na eventualidade de o país da empresa estrangeira ter firmado Convenção de Cooperação Judiciária em Matéria Cível, Comercial, Trabalhista e Administrativa com o Brasil, a autenticação dos documentos, pelos respectivos Consulados, fica dispensada, devendo ser apresentada cópia autenticada da referida Convenção;

**11.6** Não será admitida a entrega dos documentos por via postal ou qualquer outro meio que não a apresentação pessoal durante a sessão pública. Tal proibição se justifica, por se tratar de serviço de grande complexidade. A fragilidade da entrega de documentos tão importantes por via postal poderia colocar em risco a lisura do certame, por não haver como comprovar a inviolabilidade da proposta durante o seu trâmite;

**11.7** Para efeito de padronização, os modelos constantes neste edital deverão ser obedecidos;

**11.8** A licitante arcará com todos os custos relacionados com a preparação e apresentação de sua proposta. O IFSULDEMINAS, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação, ou os resultados desta;

**11.9** Para a formulação da proposta de preços, o licitante deverá valer-se das especificidades estimadas constantes no anteprojeto – ANEXO I deste Edital;

**11.10** Quaisquer despesas, tributos e custos, diretos e/ou indiretos, omitidos na proposta, ou incorretamente cotados, ou não inclusos nos projetos básicos e executivos serão considerados como inclusos nos preços, não podendo vir a ser objeto de pleitos de aditivos ou de acréscimos aos contratos, a estes ou a qualquer outro título, devendo os respectivos serviços ser fornecidos ao IFSULDEMINAS e participantes, sem ônus adicionais;

**11.11** A proposta deverá limitar-se ao objeto deste RDC, sendo desconsideradas quaisquer outras condições não prevista por este Edital e pela legislação aplicável;

**11.12** As propostas de percentual de descontos sem detalhamento da descrição do objeto, ou contendo apenas a redação “**CONFORME DESCRITO NO EDITAL**”, ou expressão equivalente, citando qualquer anexo, não serão aceitas.

## **12 DA PROPOSTA DE MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO – ENVELOPE 1**

**12.1** As Propostas de percentual de descontos deverão ser apresentadas, quando com descontos diferenciados, de forma individual, assinadas pelo representante legal da proponente ou pessoa legalmente habilitada (procuração por instrumento público), no envelope 02, lacrado, identificado, observando-se o Anexo II do Edital, em 1 (uma) via, composta com documentos originais ou cópias autenticadas digitadas em linguagem clara e objetiva, sem erros, rasuras ou entrelinhas, contendo os elementos a seguir relacionados:

**12.1.1** Índice;

**12.1.2** Carta de Apresentação da Proposta do percentual de desconto assinada pelo representante legal da proponente ou pessoa legalmente habilitada (procuração por instrumento público) em papel timbrado, o número do edital, o prazo de execução e o percentual de desconto proposto para o grupo, em algarismos arábicos e por extenso, a validade da proposta – **CONFORME MODELO DO ANEXO II DO EDITAL**;

**12.1.3** O prazo de validade da proposta não pode ser inferior a 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua apresentação.

**12.1.3.1** Caso o prazo de validade não esteja expressamente indicado na proposta, considerar-se-á o prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos para efeito de julgamento da mesma.

**12.1.4** Dados Bancários (Anexo II);

**12.1.5** Os preços unitários deverão ser apresentados com duas casas decimais, e as operações matemáticas deverão considerar apenas duas casas decimais, eliminando-se sempre a 3ª casa decimal, independentemente de aproximação.

**12.1.6** É vedada a inclusão, nas propostas de percentuais de descontos, dos tributos referentes a CSLL e IRPJ no cálculo de Lucros e Despesas Indiretas – LDI ou na planilha de custo direto, conforme Acórdão nº 462/2010 – TCU e Acórdão 2369/2011.

**12.1.7** A apresentação da proposta implicará no pleno conhecimento e aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, não podendo haver desistência de valor ofertado, sujeitando-se o proponente às penalidades previstas no art. 47 da Lei Nº 12.462/2012.

**12.1.8** As proponentes deverão apresentar suas propostas em porcentagem (maior percentual de desconto sobre o valor estimado pela administração).

**12.1.9** A licitante deverá utilizar, sempre que possível, nos valores propostos, mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas existentes no local da execução das obras/serviços, desde que não se produzam prejuízos à eficiência na execução do objeto e que seja respeitado o limite do orçamento estimado para a contratação.

**12.1.10** É de inteira responsabilidade da licitante, obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos e taxas de qualquer natureza devidas para a realização dos serviços, objeto desta licitação, no mercado interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.

**12.1.11** A proposta de preços apresentada pela proponente deve contemplar a desoneração da folha de pagamento concedida pelo Plano Brasil Maior fundamentada no art. 7º da Lei nº 12.546/2011, alterada pela Lei nº 12.844/2013 e art. 2º do Decreto nº 7.328/2012.

**12.1.12** Nos descontos ofertados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como encargos sociais, despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outras despesas que incidam, direta ou indiretamente, na contratação do objeto. O imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ) e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido (CSLL), que não podem ser repassados à Administração, não serão incluídos na proposta comercial apresentada.

### **13 DA ABERTURA E DO JULGAMENTO DA PROPOSTA (MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO) – ENVELOPE 01**

**13.1** Após o encerramento do credenciamento, a comissão dará início à fase de aceitação, sendo que nesta serão analisados os PREÇOS FINAIS, de acordo com a aplicação do maior percentual de desconto. Assim, os preços apresentados na proposta serão os registrados em ata e, caso a contratação se efetive, serão os valores contratados.

**13.2** Cada licitante poderá ofertar percentual de desconto aos lotes independentemente, não há a necessidade de ofertar percentuais a todos os lotes, apenas aos que ao licitante forem interessantes.

**13.3** No local, dia e hora definidos no preâmbulo e no item anterior deste Edital a COMISSÃO, após ter recebido do representante legal de cada empresa licitante os envelopes contendo a PROPOSTA DE PERCENTUAL DE DESCONTO, acompanhada dos documentos de seu credenciamento e das declarações conforme previsto no edital, procederá ao que se segue:

**13.3.1** Conferência do credenciamento dos representantes legais mediante confronto do instrumento de credenciamento com seu documento de identificação;

**13.3.2** Abertura dos envelopes contendo as PROPOSTAS DE MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO;

**13.3.2.1** A proposta, confeccionada em computador ou datilografada, redigida em língua portuguesa, com clareza, isenta de entrelinhas, rasuras, emendas ou acréscimos, contendo o desconto ofertado em percentual (com somente uma casa decimal) e o preço unitário e global resultante deste desconto, bem como sua incidência linear sobre os preços de todos os itens do orçamento estimado, em algarismos arábicos e por extenso, em moeda nacional (Real), devidamente assinada e datada pelo licitante ou por seu representante legal, bem como rubricadas e numeradas sequencialmente em todas as suas folhas, deverá ser elaborada de forma a atender aos seguintes requisitos:

**13.3.2.1.1** Na sessão deste RDC, os envelopes contendo os documentos relativos à Proposta Comercial serão abertos pela CEL, na presença dos interessados, prosseguindo-se com a conferência e vista dos documentos apresentados, os quais deverão ser rubricados por todos os representantes legais dos licitantes presentes.

**13.3.2.1.2** Abertos os envelopes 1 – Proposta Comercial, a CEL, em seu exclusivo juízo, poderá apreciar os documentos de cada licitante ou apenas dos vencedores e, na mesma reunião, divulgar o nome dos classificados e desclassificados.

**13.3.2.1.2.1** A conferência de que trata o subitem anterior será realizada somente acerca do cumprimento aos requisitos da proposta, tais como identificação, assinatura, prazos, valores do desconto resultantes sobre os preços unitários e preço global, além de outros previstos nesse Edital.

**13.3.2.1.2.2** A falta de data, rubrica, numeração, identificação do responsável pela elaboração do documento e/ou assinatura na proposta somente poderá ser suprida pelo

representante legal presente a sessão única de abertura deste RDC, desde que devidamente credenciado para tal certame.

**13.3.2.1.2.3** É obrigatória a apresentação de endereço eletrônico válido na proposta comercial para fins de recebimento de notificações, comunicados e intimações.

**13.3.2.2** Não haverá etapa de lances nesta licitação, sendo que cada licitante concorrerá com o valor do desconto inicial de sua proposta, apresentado no envelope 1 – Proposta Comercial.

**13.3.2.3** Em caso de divergência entre o valor em algarismos arábicos e o valor por extenso, prevalece este último, desprezando-se qualquer valor além dos centavos.

**13.3.3** Divulgação dos valores percentuais de desconto propostos nas cartas de apresentação da proposta;

**13.3.4** Verificação das PROPOSTAS DE MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO quanto a eventuais discrepâncias, corrigindo-as da seguinte forma:

**13.3.4.1** Entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

**13.3.5** Ordenamento das PROPOSTAS DE MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO por ordem decrescente de vantajosidade;

**13.3.5.1** A PROPOSTA DE PERCENTUAL DE DESCONTO de maior vantajosidade será a de maior desconto ofertado para a execução do objeto da licitação em questão.

**13.3.5.2** Divulgação dos valores globais indicados em cada PROPOSTA DE MAIOR DESCONTO conforme carta de apresentação da PROPOSTA nos moldes do ANEXO II – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA – MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO (MODELO);

**13.4** Será adotado o modo de disputa FECHADO.

**13.5** Nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, considera-se empate aquelas situações em que a proposta apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte seja igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta melhor classificada.

**13.6** Será assegurada a preferência de contratação a microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas, respeitado o seguinte:

**13.6.1** Constatado o empate ficto de preços da proposta de menor lance com microempresa, empresas de pequeno porte ou cooperativas, a COMISSÃO divulgará a ordem de classificação das propostas informando o empate de preços;

**13.6.2** A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa em empate ficto, observada a ordem de classificação será convocada para apresentar nova PROPOSTA DE PERCENTUAL DE DESCONTO), obrigatoriamente abaixo da proposta mais vantajosa.

**13.6.3** Na hipótese de não ocorrer o desempate da proposta da microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa com aquela de menor preço, em razão da não apresentação de nova oferta ou falta de comprovação de regularidade fiscal, a COMISSÃO convocará as licitantes remanescentes que por ventura se enquadrem na hipótese mencionada de empate ficto, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito;

**13.6.4** Nas licitações em que após o exercício de preferência esteja configurado empate em primeiro lugar, serão adotados os critérios de desempate previstos no art. 25 da Lei 12.462/2011.

**13.7** Para o caso de empate, será dada preferência aos serviços:

**13.7.1** Produzidos no País;

**13.7.2** Produzidos ou prestados por empresas brasileiras; e

**13.7.3** Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

**13.7.4** Caso a regra prevista no subitem anterior não solucione o empate, será realizado sorteio público.

**13.8** Caso esta COMISSÃO venha se valer do critério de desempate por sorteio, o mesmo se realizará da seguinte forma:

**13.8.1** Serão dispostos na urna ou objeto/caixa semelhante de nº 1, tantas cédulas quantas forem as empresas empatadas, cada qual com a indicação do nome das licitantes em disputa;

**13.8.2** Serão dispostos na urna ou objeto/caixa semelhante de nº 2, uma cédula com a palavra vencedor e tantas outras em branco quantas forem as empresas empatadas;

**13.8.3** O Presidente da Comissão então procederá ao sorteio, retirando da urna de nº 1 o nome de uma empresa e da urna de nº 2 uma cédula, que indicará ser aquela empresa a vencedora ou não;

**13.8.4** Caso não seja, na primeira extração, conhecida a vencedora, o Presidente deverá retirar outra cédula da urna de nº 1, seguida de outra da urna de nº 2, assim procedendo até que se conheça a empresa vencedora;

**13.8.5** O critério de desempate ficto disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

**13.9** Encerrado o julgamento das propostas, a COMISSÃO ordenará as propostas por ordem decrescente de vantajosidade e convocará a licitante que apresentou a proposta mais vantajosa para reelaborar e apresentar, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, pessoalmente ou por meio eletrônico, os documentos elencados a seguir, com os respectivos valores adequados ao lance vencedor:

**13.9.1** Carta de Apresentação da Proposta de Preços conforme **ANEXO II – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA – MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO (MODELO)**, se for o caso;

**13.9.2** Planilhas de Quantidades e Preços conforme **ANEXO III – PLANILHA DE CUSTOS**;

**13.9.2.1** A planilha orçamentária deverá conter a indicação dos quantitativos e dos custos unitários, vedada a utilização de unidades genéricas ou indicadas como verba, bem como a composição dos preços unitários ofertados por item e subitem.

**13.9.2.2** O valor global da proposta resultante do desconto não poderá ser superior ao valor global da planilha orçamentária, a qual poderá ser ajustada pelo licitante que vier a ser o vencedor do certame, após eventual negociação.

**13.9.2.3** Na composição dos preços com o devido desconto ofertado, o licitante deverá apresentar, discriminadamente, as parcelas relativas à mão de obra e materiais.

**13.9.2.4** Para efeito de preenchimento das planilhas de serviços e preços a licitante deverá observar o disposto no parágrafo único do Art. 27 do Decreto 7.581 de 11/10/2011 e não poderá:

**13.9.2.4.1** Cotar preço unitário e global superior ao orçamento previamente estimado pelo IFSULDEMINAS, nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 8º da Lei nº 12.462/2011, ou inexequível;

**13.9.2.4.2** Deixar de apresentar preço unitário para um ou mais serviços, ou contrariar as disposições deste Edital.



**13.9.2.5** O licitante deverá elaborar a planilha orçamentária levando em consideração que as obras e serviços objetos desta licitação devem ser entregues por completo. Em consequência, ficará a cargo do licitante prever qualquer serviço ou material necessário, mesmo quando não expressamente indicado no orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, não lhe cabendo, posteriormente, quaisquer acréscimos de pagamentos decorrentes das divergências encontradas entre as planilhas, projetos e especificações.

**13.9.2.6** A falta da comunicação referida implicará a aceitação tácita das especificações e documentações técnicas fornecidas.

**13.9.2.7** Os quantitativos indicados na planilha orçamentária constante deste Edital são meramente estimativos, não acarretando à Administração do IFSULDEMINAS qualquer obrigação quanto a sua execução ou pagamento, devendo a empresa com a proposta mais vantajosa elaborar a planilha conforme legislação do RDC Integrado.

**13.9.3** Apresentar composições analíticas das taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) e das Taxas de Encargos Sociais, incidentes para os serviços previstos na Planilha de Quantidades e Preços conforme **ANEXO V – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE TAXAS DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS – BDI – SERVIÇOS**;

**13.9.3.1** No desconto cotado deverão estar inclusos os encargos sociais e trabalhistas, todos os equipamentos, instrumentos, ferramentas e máquinas necessários ao desenvolvimento dos trabalhos, bem como quaisquer outras despesas necessárias a realização dos serviços. Deverão, também, estar deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos. Os impostos, as taxas, as despesas indiretas e o lucro bruto do licitante deverão ser identificados em item específico do BDI.

**13.9.4** Apresentar Cronograma Físico-Financeiro preliminar conforme ANEXO IV – CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, com periodicidade de 30 (trinta) dias corridos, não se admitindo parcela na forma de pagamento antecipado, observando-se as etapas e prazos de execução estabelecido neste Edital e seus Anexos;

**13.9.4.1** As medições serão sempre feitas a cada período de 30 (trinta) dias corridos. A periodicidade poderá ser inferior a um mês calendário na primeira e na última medição, quando o início ou término das etapas das obras/serviços ocorrer no curso do mês; neste caso o cronograma será ajustado à situação;

**13.9.4.2** O cronograma físico-financeiro estará, também, sujeito a ajustes, em função de motivos de interesse do IFSULDEMINAS, desde que devidamente autuado em processo, contemporâneo à sua ocorrência (Art. 57 da Lei 8.666/93).

**13.9.4.3** Os preços serão os constantes da Proposta por Unidade (Item e/ou Grupo);

**13.9.4.4** No processo de medição deverá constar a real alíquota de ISSQN adotada pelo respectivo município;

**13.9.4.5** Nas medições que abrangem mais de um município, o cálculo deverá ser realizado por município abrangido, sendo vedada à utilização do critério da média ponderada entre os diversos municípios e suas alíquotas.

**13.9.5** Os prazos constantes acima poderão ser prorrogados uma única vez, salvo justificativas aceitas pela COMISSÃO.

**13.10** Em caso de discrepâncias dos valores ofertados nos documentos elencados na proposta, a COMISSÃO procederá às correções da seguinte forma:

**13.10.1** Entre o preço global das PLANILHAS DE QUANTIDADES E PREÇOS, para a CARTA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS prevalecerá o primeiro;

**13.10.2** Entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

**13.10.3** No caso de erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, o produto será retificado, mantendo-se inalterado o preço unitário e a quantidade;

**13.10.4** No caso de erro de adição, a soma será retificada, mantendo-se inalteradas as parcelas;

**13.10.5** O preço total da PROPOSTA DE PREÇOS será ajustado pela COMISSÃO, em conformidade com os procedimentos enumerados nas alíneas precedentes para correção de erros. O valor resultante consistirá no preço corrigido global da PROPOSTA.

**13.11** A COMISSÃO, reservadamente, verificará a conformidade do preço global da proposta mais vantajosa em relação ao orçamento previamente estimado para a contratação, sua adequação com os requisitos do instrumento convocatório, promovendo a desclassificação, mediante decisão motivada, daquela que:

**13.11.1** Contenha vícios insanáveis;

**13.11.2** Não obedeça às especificações técnicas relacionadas no instrumento convocatório;

**13.11.3** Apresente preços manifestamente inexequíveis ou acima do orçamento estimado para a contratação, inclusive nas hipóteses previstas no caput do art. 9º do Decreto 7.581/2011;

**13.11.4** Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo IFSULDEMINAS;

**13.11.5** Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanáveis;

**13.11.6** Apresentar qualquer oferta de vantagem baseada em proposta das demais licitantes ou de qualquer outra natureza, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

**13.11.7** As propostas não estejam em conformidade com os requisitos previstos neste Edital.

**13.11.8** Serão consideradas inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

**13.11.8.1** Média aritmética dos valores das propostas superiores a cinquenta por cento do valor do orçamento previamente estimado pelo IFSULDEMINAS;

**13.11.8.2** Valor do orçamento previamente estimado pelo IFSULDEMINAS.

**13.11.8.3** Serão consideradas potencialmente inexequíveis as propostas com preços unitários inferiores a 70% (setenta por cento) do preço unitário previsto no orçamento previamente estimado pelo IFSULDEMINAS para os quais serão feitas diligências a fim de se comprovar sua exequibilidade.

**13.11.8.4** As composições de custos unitários serão verificadas quanto à adequação ao projeto podendo a COMISSÃO solicitar a compatibilização da Composição de Custo Unitário ao projeto desenvolvido.

**13.11.9** A COMISSÃO poderá promover diligência de forma a conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

**13.11.10** Na hipótese de que trata o subitem 13.11.8.3, o licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições de custos unitários;



**13.11.11** A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

**13.12** Para efeito de avaliação da economicidade da proposta, o valor máximo que o IFSULDEMINAS admite pagar para a execução dos serviços objeto desta licitação, é o global previamente estimado, devidamente corrigido de acordo com o seguinte critério:

**13.12.1** Para fins de atualização dos valores do orçamento de referência para a data da apresentação das propostas, desde que transcorridos 12 (doze) meses da data-base, serão observados os critérios estabelecidos no item “Reajuste de Preços” constante da minuta do contrato conforme ANEXO XX – MINUTA DE CONTRATO deste Edital;

**13.12.2** O percentual de atualização do orçamento de referência será calculado até a 4ª (quarta) casa decimal, sem arredondamento. Esse valor resultante será o valor global do orçamento de referência atualizado.

**13.12.3** Serão convocadas as licitantes subsequentes em ordem de classificação, quando o preço do primeiro colocado for desclassificado por sua proposta permanecer acima do valor do orçamento previamente estimado.

**13.12.4** Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a Proposta será desclassificada.

**13.13** As distâncias de transportes de materiais e da prestação de serviço e quaisquer outras constantes do objeto da licitação do IFSULDEMINAS às licitantes, deverão ser verificados quanto à suficiência, qualidade e viabilidade, inclusive quanto a questões ambientais, referentes a estes itens e seus respectivos preços, que deverão ser previstos pela licitante, quando da apresentação de sua proposta.

**13.14** Sendo aceita a proposta melhor classificada após o julgamento da PROPOSTA DE PERCENTUAL DE DESCONTO, será verificado o atendimento das condições de habilitação pelo licitante que a tiver formulado, mediante apresentação dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO de acordo com as exigências estabelecidas por este Edital.

**13.15** Não serão aceitas reclamações posteriores relativamente às propostas sem que tenham sido devidamente registradas em ata, salvo se previsto em Lei.

**13.16** As propostas serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**13.17** Serão desclassificadas as propostas que:

**13.17.1** Contenham vícios insanáveis;

**13.17.2** Não obedeçam às especificações técnicas relacionadas no instrumento convocatório;

**13.17.3** Apresentem descontos manifestamente inexequíveis ou acima do orçamento estimado para a contratação;

**13.17.4** Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo IFSULDEMINAS;

**13.17.5** Apresentem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanáveis;

**13.17.6** Apresentem custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;

**13.17.7** Apresentem taxa de Benefício/Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) impraticáveis;

**13.17.8** Estiverem com valor total, por objeto, superior ao preço de referência estabelecido pela Administração com base no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil da Caixa Econômica Federal (SINAPI);

**13.17.9** Apresentem desconto negativo, simbólico, de valor zero, ou irrisório, neste caso inferior a 1,0% (um por cento), assim como preços unitários superiores aos previstos pela Administração, conforme constante no **Anexo II** do Edital, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o instrumento convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou a totalidade da remuneração;

**13.17.10** Não apresentem desconto sobre o preço global estimado pela Administração.

**13.18** Serão consideradas inexequíveis as propostas com valores globais inferiores à 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

**13.18.1** Média aritmética dos valores das propostas superiores a cinquenta por cento do valor do orçamento previamente estimado pelo IFSULDEMINAS;

**13.18.2** Valor do orçamento previamente estimado pelo IFSULDEMINAS. Custo de insumos em desacordo com os preços de mercado.

**13.19** A Comissão promoverá diligência de forma a conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

**13.20** A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

**13.21** Para efeito de avaliação da economicidade da proposta e avaliação do maior desconto a ser oferecido pelo licitante, o valor de referência para a execução dos serviços objeto desta licitação, é o valor global, contemplando todos os grupos, previamente estimado em R\$41.663.002,80 (quarenta e um milhões seiscentos e sessenta e três mil dois reais e oitenta centavos). Sendo o valor de referência unitário R\$ 508.085,40 (Quinhentos e oito mil, oitenta e cinco reais e quarenta centavos).

**13.22** Em situações especiais, devidamente comprovadas pelo licitante em relatório técnico circunstanciado, desde que aprovado pela Comissão, os valores das etapas do cronograma físico-financeiro poderão exceder o limite constante do orçamento estimado em relação aos itens materialmente relevantes (inciso II, § 4º, do art. 42 do Decreto N° 7.581/2011);

**13.23** Os relatórios técnicos circunstanciados deverão ser feitos em duas partes, de modo a contemplar tanto o desdobramento dos custos diretos, quanto o das taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) em relação aos respectivos valores estabelecidos no orçamento-base;

**13.24** Caso o valor global da proposta e o valor de cada etapa prevista no cronograma físico-financeiro permaneçam acima do orçamento base elaborado pelo IFSULDEMINAS, e o relatório técnico circunstanciado não seja acatado pela COMISSÃO, haverá negociação com o licitante para adequar seus preços das etapas aos preços correspondentes do orçamento base elaborado pela IFSULDEMINAS, ajustando deste modo também o valor global da proposta, sob pena de desclassificação.

**13.25** Serão convocadas as licitantes subsequentes em ordem de classificação, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado por sua proposta permanecer acima do valor do orçamento previamente estimado.

**13.26** Caso a melhor classificada não atenda as condições de habilitação, será solicitada a apresentação dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da segunda melhor classificada, e assim por diante, até se alcançar a proposta válida.

**13.27** Será considerada vencedora a proposta classificada que resulte no maior desconto sobre o **preço de referência unitário** da Administração conforme estipulado no subitem 13.21. As propostas serão avaliadas por itens conforme anexo II do edital.

**13.28** A declaração do vencedor acontecerá no momento posterior à análise técnica quanto à proposta comercial ajustada, à análise da disponibilidade financeira do licitante, e ainda à análise técnica quanto à qualificação técnico-operacional e técnico-profissional, sendo o resultado divulgado oficialmente no [sítio http://www.ifsuldeminas.edu.br/index.php/pt/licitacoes](http://www.ifsuldeminas.edu.br/index.php/pt/licitacoes)

**13.29** O resultado do julgamento das propostas será publicado no Diário Oficial da União (DOU).

**13.30** Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a CEL poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que os inabilitaram ou desclassificaram.

**13.31** Em todos os atos públicos serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da CEL e pelos representantes credenciados dos licitantes presentes.

## **14 DA DOCUMENTAÇÃO E ANÁLISE DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE 02**

**14.1** Julgadas as propostas, será iniciada a fase de habilitação do licitante melhor classificado, do qual será exigido, para fins de habilitação, o Credenciamento, regular e válido, na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, por meio do Envelope 02 – Documentos de Habilitação.

**14.2** Para o licitante regularmente cadastrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF que tiver ofertado a melhor proposta, a comprovação do cumprimento das exigências relativas à Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal será feita mediante verificação dos níveis validados, por meio de consulta on-line na data da entrega dos documentos de habilitação.

**14.3** O licitante já cadastrado no SICAF, caso esteja com algum documento vencido, poderá apresentar a documentação atualizada e regularizada junto aos demais documentos de habilitação, dentro do envelope 2 – Documentação / Habilitação, nos termos dos subitens indicados abaixo.

**14.4** Para o licitante não inscrito no SICAF, a verificação, quanto às exigências relativas à Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal, será feita mediante a apresentação obrigatória dos seguintes documentos dentro do envelope 2 – Documentação de Habilitação:

#### **14.5 Relativos à Habilitação Jurídica:**

**14.5.1** Inscrição do empresário individual no registro público de empresas mercantis a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

**14.5.2** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição e posse de seus administradores. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**14.5.3** Inscrição do contrato social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, com indicação das pessoas naturais incumbidas da administração da sociedade, seus poderes e atribuições.

**14.5.4** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**14.5.5** Comprovação do seu enquadramento como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), mediante apresentação da Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado, se for o caso.

#### **14.6 Relativos à Regularidade Fiscal:**

**14.6.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

**14.6.2** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação.

**14.6.3** Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, compreendendo os seguintes documentos:

**14.6.3.1** Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretária da Receita Federal (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede do licitante.

**14.6.3.2** Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Estadual, da sede do licitante ou Certidão de Não Contribuinte.

**14.6.3.3** Certidão Negativa de Tributos Municipais ou Certidão Positiva com efeito negativo, expedida pela Fazenda Municipal, da sede do licitante ou Certidão de Não Contribuinte.

**14.6.3.4** Certidão Negativa de Débito, ou Certidão Positiva com efeito negativa referente à Contribuição Previdenciária e às de terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), da sede do licitante.

**14.6.3.5** Comprovação de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

**14.6.4** A validade das certidões exigidas corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, o IFSULDEMINAS convencionou o prazo como sendo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese de o licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.

**14.6.5** A CEL procederá com a verificação online da regularidade fiscal e trabalhista, no momento cabível para análise destes documentos.

**14.6.6** Para o licitante enquadrado na categoria de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), a comprovação da Regularidade Fiscal será realizada observando-se os seguintes procedimentos:

**14.6.6.1** Caso não esteja inscrito no SICAF ou esteja com cadastro ou documentação vencida, deverá ser apresentada toda a documentação exigida neste Edital, depois de declarada vencedora, mesmo que a documentação apresente alguma restrição.

**14.6.6.2** Havendo alguma restrição na comprovação da Regularidade Fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis (prorrogável por igual período, desde que solicitado por escrito pelo licitante e aceito pela CEL), cujo termo inicial corresponderá ao momento que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas, ou positivas com efeito de negativa.

**14.6.6.3** A não-regularização da documentação no prazo previsto na alínea anterior implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no regulamento, sendo facultado o IFSULDEMINAS convocar outro licitante remanescente para assinatura do contrato, obedecidos a ordem de classificação e os critérios de habilitação; ou ainda revogar a licitação.

## **14.7 Relativos à Qualificação Técnico-Operacional e Técnico-Profissional:**

**14.7.1** Atestado de Capacidade Técnica, em nome do licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a empresa prestado serviço compatível com o objeto licitado, devidamente registrado no conselho competente. Este documento poderá ser substituído pelo Acervo Técnico de profissional credenciado junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) ou Conselho competente.

**14.7.2** O Acervo Técnico emitido pelo conselho competente, acompanhado dos respectivos atestados de execução de obras e serviços similares e de porte equivalente ao objeto licitado que comprove a experiência da empresa na execução dos serviços, em nome de seu profissional técnico, devidamente registrado pelo conselho competente por meio de anotação expressa que vincule o atestado ao acervo.

**14.7.3** Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA ou Conselho competente, Certidões emitidas por conselhos de outros estados deverão apresentar visto do CREA ou Conselho competente do Estado de Minas Gerais no momento da assinatura do contrato.

**14.7.4** Indicação das instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequado e disponíveis para a realização dos serviços objeto da presente licitação.

**14.7.5** Não serão aceitos Atestados de Capacidade Técnica emitidos pelo próprio licitante ou referentes a reformas.

**14.7.6** Comprovação de que possui em seu corpo técnico, na data da abertura das propostas, profissional de nível superior, Engenheiro Eletricista, reconhecido pelo conselho profissional correspondente CREA, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica por execução de obras e serviços com características semelhantes às do objeto da presente licitação, no que se refere a características e complexidade, devidamente comprovado mediante a exibição de atestado registrado na entidade profissional competente acompanhado da respectiva certidão, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que declare:

**14.7.6.1** Elaboração de projetos e execução da implantação de módulos de Geradores de Energia Solar Fotovoltaicos.

**14.7.7** Certidão de Pessoa Física, expedida pelo conselho competente, em nome do responsável técnico indicado pelo licitante para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços.

**14.7.8** Os documentos necessários para a comprovação de que o profissional responsável pela obra está vinculado ao licitante são:



1) No caso de empregado com vínculo empregatício, o respectivo registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como a ficha ou livro de registro de empregados, este último em conformidade com as normas da Delegacia Regional do Trabalho (DRT).

2) No caso de sócio da empresa, o respectivo contrato social da empresa devidamente registrado no órgão competente (Cartório de Títulos e Documentos ou Junta Comercial), para fins de se verificar o vínculo com os responsáveis técnicos indicados na Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA.

3) No caso de contrato de prestação de serviços técnicos, o contrato devidamente firmado entre as partes, com firma reconhecida e registrado em cartório, para vincular a responsabilidade técnica com os profissionais informados na Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA.

**14.7.9** No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, para fins de comprovação de qualificação técnica, todos serão inabilitados, não cabendo nenhuma alegação ou recurso.

#### **14.8 Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

**14.8.1** Certidão negativa de pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida por Cartório Distribuidor Judicial do domicílio ou sede do licitante, que não esteja com prazo de validade vencido.

**14.8.2** Balanço e demonstrações contábeis (DRE) do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que evidenciem os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser maiores que 1,00 (um inteiro). Caso estes índices sejam iguais ou inferiores a 1,00 (um inteiro), o licitante deverá possuir capital igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor de sua proposta comercial após a etapa competitiva.

**14.8.3** Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis assim apresentados:

##### **14.8.3.1 Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima):**

14.8.3.1.1 Registrados e arquivados na Junta Comercial do domicílio ou sede do licitante; ou

14.8.3.1.2 Publicados em Diário Oficial; ou

14.8.3.1.3 Publicados em jornal de grande circulação; ou

14.8.3.1.4 Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial do domicílio ou sede do licitante.

##### **14.8.3.2 Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA.):**

14.8.3.2.1 Por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou

14.8.3.2.2 Por fotocópia do balanço e das demonstrações contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial do domicílio ou sede do licitante.

##### **14.8.3.3 Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/06 e suas posteriores alterações:**

14.8.3.3.1 Por fotocópia do balanço e demonstrações contábeis devidamente registrada ou autenticada na Junta Comercial do domicílio ou sede do licitante ou em outro órgão equivalente; ou

##### **14.8.3.4 Sociedade criada no exercício em curso:**

14.8.3.4.1 Fotocópia do balanço de abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial do domicílio ou sede do licitante.

**14.8.4** O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade. As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de

cálculos juntados ao balanço. Caso o memorial não seja apresentado, a CEL reserva-se ao direito de efetuar os cálculos.

**14.8.5** A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), todos maiores ou iguais a 1,00 (um inteiro), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta online no SICAF:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**14.8.6** A qualificação econômico-financeira será comprovada por meio dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), devendo todos serem maiores ou, ao menos, iguais a 1,00 (um inteiro).

**14.8.7** Caso qualquer desses índices esteja igual ou inferior a 1,00 (um inteiro), o licitante deverá possuir capital igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor de sua proposta comercial, após a etapa competitiva.

**14.8.8** Se necessária a atualização do balanço e do patrimônio líquido, deverá ser apresentado junto aos documentos em apreço o memorial de cálculo correspondente.

**14.8.9** No que se refere à capacidade operativa ou absorção da disponibilidade financeira, verificar-se-á, sob pena de inabilitação, se o licitante possui patrimônio líquido igual ou superior a 10 (dez por cento) do valor estimado dos serviços, observando-se o desconto mencionado na proposta.

**14.9 Independentemente de cadastro no SICAF, para fins de habilitação**, todos os licitantes deverão apresentar, obrigatoriamente, dentro do envelope 2 – Documentação / Habilitação, os seguintes documentos:

**14.9.1** Relativos à Qualificação Econômico-Financeira exigidos no edital e anexos:

**14.9.1.1** Certidão Negativa de Débitos perante a Justiça do Trabalho, ou Certidão Positiva com efeito negativo, emitida exclusivamente pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43 e instituída pela Lei nº 12.440/11, sendo que em tal ocasião a CEL verificará online a validade da mesma.

**14.9.1.2** Declaração de visita ao local dos serviços, nos termos do Anexo XI, realizada por intermédio de representante legal devidamente qualificado para esse fim. Na declaração deverão ser informados o objeto da presente licitação e o número deste RDC. A vistoria deverá ser realizada conforme o item 13 deste Edital. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração que não efetuou a visita, mas que concorda com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, devendo informar o objeto da presente licitação e o número deste RDC.

**14.9.1.3** Declaração de não possuir em seus quadros, trabalhadores menores de dezoito anos executando atividades em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendizes, a partir de quatorze anos, nos termos do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/1993, na forma do Anexo X.

**14.9.1.4** Relação de compromissos de realização de obras ou reformas assumidas pelo licitante, para fins de verificação da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, na forma do Anexo XVI do presente instrumento, sendo que será reservado do valor do patrimônio líquido o percentual de 10% (dez por cento) do valor das obras em andamento.

**14.9.1.5** A declaração de elaboração independente de proposta, nos termos da Instrução Normativa nº 2 de 16 de setembro de 2009, do SLTI/MPOG, assinada por quem de direito, assegure que o licitante apresenta proposta absolutamente independente em relação aos demais licitantes participantes deste RDC, e, por consequência, vê-se incapaz de frustrar o caráter competitivo da presente licitação.

**14.9.2** Além da documentação já elencada, deverão ser entregues no envelope 02, as seguintes declarações:

**14.9.2.1** Declaração de inexistência de fato impeditivo de habilitação, nos termos do Anexo IX.

**14.9.2.2** Declaração de conhecimento e concordância em relação a todas as cláusulas editalícias, nos termos do Anexo VII.

**14.9.2.3** Declaração de elaboração independente de proposta, nos termos da Instrução Normativa nº 2 de 16 de setembro de 2009, do SLTI/MPOG, na forma do Anexo VI.

**14.9.2.4** Declaração de que o licitante cumpre os requisitos legais para qualificação como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), ou declaração de enquadramento aprovada pela Junta Comercial, conforme modelo constante do Anexo XVII deste Edital, para fazer jus ao benefício da Lei Complementar nº 123/06 e suas posteriores alterações, se for o caso.

**14.9.2.4.1** Os licitantes enquadrados no regime diferenciado e favorecido das microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que não apresentarem os documentos previstos no subitem anterior poderão participar normalmente do certame, porém, em igualdade de condições com os licitantes não enquadrados neste regime.

**14.9.3** As declarações apresentadas pelo licitante, necessárias a sua habilitação, deverão ser preferencialmente emitidas em papéis timbrados das respectivas empresas que as expediram, constando números de telefones e e-mail para contato.

**14.9.4** A não apresentação das declarações a que se referem aos anexos 6 ao 17 e aos indicados nas cláusulas acima citadas implicarão a desclassificação do licitante.

**14.10** Sob pena de inabilitação, no que couber, todos os documentos apresentados para a habilitação do licitante deverão atender aos seguintes preceitos:

**14.10.1** Estar em nome do licitante, e, preferencialmente, com o número do CNPJ e endereço respectivo.

**14.10.2** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz.

**14.10.3** Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

**14.10.4** Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos comprovadamente somente em nome da matriz, devendo estes ser apresentados.

**14.10.5** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial(ais) do licitante.

**14.10.6** Os documentos exigidos neste RDC poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro da CEL ou servidor do CGLC do IFSULDEMINAS, ou de publicação em órgão da imprensa oficial.

**14.10.7** Os documentos em fotocópia poderão ser autenticados na CGLC por membro da CEL ou servidores da respectiva Coordenação, mediante apresentação de originais, **até as**



**15h00min do último dia útil anterior** à data marcada para o recebimento e início da abertura dos envelopes.

**14.10.8** Serão aceitas somente cópias legíveis.

**14.10.9** Não serão aceitos documentos cujas datas estejam ilegíveis ou rasuradas.

**14.10.10** A CEL reserva-se ao direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.

**14.10.11** Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

**14.10.12** As declarações apresentadas pelo licitante, necessárias a sua habilitação, deverão ser preferencialmente emitidas em papéis timbrados das respectivas empresas que as expediram, constando números de telefones e e-mail para contato.

**14.10.13** Ultrapassada a fase de habilitação das licitantes, não caberá desclassificação de licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o resultado de adjudicação ou homologação.

**14.11** Serão considerados inabilitados os licitantes que não apresentarem os documentos exigidos neste Edital no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, ou não tiverem comprovada a sua regularidade junto ao SICAF nos documentos por ele abrangidos, mediante consulta online, no dia da abertura do envelope de habilitação.

**14.11.1** No caso de microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP), aplicar-se-á a disciplina do art. 43 da Lei Complementar nº 123/06 e suas posteriores alterações.

**14.11.2** Em caso de inabilitação do licitante classificado em primeiro lugar, serão abertos e avaliados os documentos de habilitação do licitante subsequente, seguida a ordem de classificação.

**14.12** No caso de o licitante avaliado se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06 e suas posteriores alterações, e apresentar documentação fiscal vencida, conceder-se-á o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para a apresentação da documentação atualizada, contado do encerramento da fase de habilitação.

**14.12.1** Para ter direito ao benefício previsto no subitem anterior, a microempresa ou empresa de pequeno porte deve apresentar a documentação vencida no envelope 2 – Documentação de Habilitação.

**14.13** Encerrada a fase de habilitação, será disponibilizada a respectiva Ata e os licitantes que desejarem deverão manifestar motivadamente intenção de recorrer em face dos atos de habilitação, a ser registrada antes da assinatura da Ata, imediatamente após o término da sessão, sob pena de preclusão, nos termos do art. 53 do Decreto nº 7.581/11.

## **15 DOS RECURSOS**

**15.1** Finalizada a fase de habilitação haverá fase recursal única, nos termos do art. 52, e subsequentes, do Decreto nº 7.581/11.

**15.2** Os licitantes que manifestarem intenção de recorrer em alguma das fases anteriores poderão apresentar as razões recursais no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da disponibilização da Ata de Habilitação/Encerramento na página <http://www.ifsuldeminas.edu.br/index.php/pt/licitacoes>

**15.2.1** O prazo para a apresentação de contrarrazões será de 5 (cinco) dias úteis e começará imediatamente após o encerramento do prazo a que se refere o subitem anterior, caso interposto recurso.

**15.2.2** A CEL apreciará sua admissibilidade e decidirá os recursos no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, no mesmo prazo, os encaminhará à autoridade superior que terá, também, 5 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento deste, para decidi-lo.

**15.2.3** Finalizada a fase recursal, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

**15.2.4** Exaurida a negociação, o procedimento licitatório será encerrado e os autos encaminhados à autoridade superior, nos termos do art. 60 do Decreto nº 7.581/11.

**15.2.5** Em todos os atos públicos serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da CEL e pelos representantes credenciados dos licitantes presentes.

## **16 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**16.1** Decididos os recursos eventualmente interpostos, o processo licitatório será submetido à autoridade competente para que se proceda à devida adjudicação e consequente homologação do objeto licitado ao licitante vencedor.

**16.2** Os atos de classificação, homologação e adjudicação serão publicados no quadro de avisos do CGLC e na página <http://www.ifsuldeminas.edu.br/index.php/pt/licitacoes>.

## **17 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**17.1** Homologada a licitação pela Autoridade Competente, o IFSULDEMINAS, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de FORNECEDORES a serem registrados, por item, convocará os licitantes vencedores para, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados da data do recebimento da convocação, assinar a Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, com validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, conforme parágrafo único do art. 99 do Decreto 7.581/2011.

**17.2** Em não comparecendo, tempestivamente, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante convocado decairá do seu direito à contratação.

**17.3** O prazo para a assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito durante o prazo transcurso, e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

**17.4** A Ata de Registro de Preços é um documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação do IFSULDEMINAS e órgãos participantes, e destina-se ao registro dos preços e a subsídio do acompanhamento destes. A Ata indicará o FORNECEDOR, o órgão contratante e as condições a serem praticadas conforme as disposições contidas neste Edital, item a item.

**17.5** Com a assinatura da Ata de Registro de Preços, a empresa que tiver o seu preço registrado assumirá o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, observando-se os quantitativos estimados.

**17.6** A contratação com FORNECEDOR registrado será formalizada por intermédio de instrumentos contratuais, sob cláusulas e condições contidas no Projeto Básico e minutas de contrato integrantes do presente Edital e seus anexos.

**17.7** Como condição para assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante vencedor deverá manter as condições de habilitação.

**17.8** Se o licitante vencedor não apresentar situação regular no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços ou recusar-se a assinar o referido instrumento injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para assinar a referida Ata nas mesmas condições ofertadas, assim sucessivamente, sem prejuízo das multas previstas no Edital, no Contrato e demais cominações legais.

**17.9** Os contratos decorrentes da adesão à Ata de Registro de Preços têm seus prazos de execução e vigência fixados de conformidade com o Projeto Básico, que faz parte integrante do presente termo.

**17.10** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações se obedecidas as disposições contidas no art. 39 da Lei nº 12.462/2011 e no art. 100 do Decreto nº 7.581/2011.

**17.11** O preço registrado por valor global poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou no surgimento de fato que eleve o custo dos bens registrados.

**17.12** Quando o preço inicialmente registrado por valor global, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o IFSULDEMINAS convocará o licitante registrado visando à negociação para sua redução e/ou readequação.

**17.13** Frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido.

**17.14** Na hipótese da negociação frustrada, o IFSULDEMINAS convocará os demais FORNECEDORES, na ordem de classificação do processo licitatório para o item em questão, visando igual oportunidade de negociação.

**17.15** Não havendo êxito nas negociações com qualquer um dos fornecedores, o IFSULDEMINAS procederá à revogação do item em questão da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**17.16** O licitante terá seu registro de preços cancelado quando:

**17.16.1** Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**17.16.2** Não firmar os contratos nos prazos estabelecidos pela Administração, sem justificativa aceitável;

**17.16.3** Não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

**17.16.4** Presentes razões de interesse público.

**17.17** O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas e assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por Despacho da Autoridade Competente do IFSULDEMINAS.

**17.18** O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, e/ou decorrente de caso fortuito ou força maior devidamente comprovado.

## **18 DO TERMO DE CONTRATO**

**18.1** Sem prejuízo do disposto na Lei nº 12.462/11, do Decreto nº 7.581/11, bem como nos Capítulos III e IV da Lei nº 8.666/93, o contrato referente a execução das obras será formalizado e contemplará, necessariamente, as condições já especificadas neste Edital e seus Anexos.

**18.2** As obrigações decorrentes da presente licitação constarão de contrato a ser firmado com a adjudicatária, tendo por base o presente Edital, seus Anexos e a proposta apresentada, atendidas às normas vigentes.

**18.3** Depois da homologação deste certame, a convocação da adjudicatária será procedida por meio de Notificação para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado de seu recebimento, assinar o instrumento de contrato, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

**18.3.1** O prazo previsto para assinatura do contrato poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pela Administração.

**18.4** Antes da celebração do contrato, a Administração realizará consulta online ao SICAF e aos sítios indicados no edital, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

**18.5** É facultado à Administração, quando a adjudicatária não assinar o termo de contrato, ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

**18.6** A recusa injustificada do licitante classificado em primeiro lugar para assinar o contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após devidamente convocado, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, o que implicará na aplicação das sanções previstas no presente Edital.

**18.7** É vedada a subcontratação integral do objeto do contrato, sendo permitida apenas a subcontratação até o limite de 20% (vinte por cento) do valor dos serviços, mediante prévia e expressa autorização do IFSULDEMINAS, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais:

**18.7.1** No caso de subcontratação, deverá ficar demonstrado e documentado que esta somente abrangerá etapas dos serviços citados no subitem anterior, ficando claro que a Subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da Contratada, que executará, por seus próprios meios, o principal serviço de que trata este Edital, assumindo a responsabilidade direta e integral pela qualidade dos serviços contratados.

**18.7.2** A assinatura do contrato caberá somente ao licitante vencedor, por ser o único responsável perante o IFSULDEMINAS, mesmo que tenha havido apresentação de empresa a ser subcontratada para a execução de determinados serviços integrantes deste RDC.

**18.7.3** A relação que se estabelece na assinatura do contrato é exclusivamente entre o IFSULDEMINAS e a Contratada, não havendo nenhum vínculo ou relação de nenhuma

espécie entre a autarquia e a Subcontratada, inclusive no que concerne à medição e ao pagamento direto da Subcontratada.

**18.7.4** O IFSULDEMINAS se reserva ao direito de, após a contratação dos serviços, exigir que o pessoal técnico e auxiliar da Contratada e de suas subcontratadas, se submetam à comprovação de suficiência a ser por ela realizada, e determinar a substituição de qualquer membro da equipe que não esteja apresentando o rendimento desejado.

**18.7.5** Somente serão permitidas as subcontratações regularmente autorizadas pelo IFSULDEMINAS, sendo causa de rescisão contratual aquela não devidamente formalizada.

**18.7.6** A Contratada, ao requerer a autorização para a subcontratação de parte dos serviços, deverá comprovar, perante o IFSULDEMINAS, a regularidade jurídica, fiscal e trabalhista de sua Subcontratada, respondendo solidariamente pelo inadimplemento desta, quando relacionada ao objeto do contrato.

**18.7.7** A Contratada responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.

**18.7.8** A Subcontratada também deve comprovar, perante o IFSULDEMINAS, que está em situação regular fiscal e previdenciária, e que dentre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam servidores ou ocupantes de cargo de direção no IFSULDEMINAS.

**18.8** No ato da assinatura do contrato, a Adjudicatária deverá comprovar possuir Representante Comercial ou Preposto (pessoa jurídica), do mesmo ramo de atividade, junto aos endereços dos participantes, informando razão social, CNPJ, endereço completo, telefone e pessoa responsável, caso o licitante não tiver sede ou filial na região.

**18.9** A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.

**18.10** As alterações e os motivos para rescisão contratual observam o disposto na minuta do contrato, Anexo XX deste Edital.

## **19 DOS PRAZOS E DOS LOCAIS DE EXECUÇÃO**

**19.1** A proposta comercial deverá ter validade mínima de 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar da data de abertura da sessão.

**19.2** O prazo máximo previsto para a conclusão dos serviços é de 10 (dez) meses contados da data prevista na Ordem de Serviço, após publicação do extrato do contrato no DOU, considerado o disposto no subitem a seguir.

**19.3** O prazo para início da execução dos serviços será o primeiro dia útil seguinte ao previsto na Ordem de Serviço, que deverá ser emitida pelo responsável de cada órgão participante em até 30 (trinta) dias, a contar do início da vigência do contrato.

**19.4** Os prazos das garantias dos materiais e serviços serão contados da data do Recebimento Definitivo dos serviços a ser emitido pela fiscalização dos órgãos organizador e participantes e não poderá ser inferior a:

**19.4.1** 25 (vinte e cinco) anos de garantia linear de desempenho para os painéis fotovoltaicos policristalinos;

**19.4.2** 10 (dez) anos de garantia contra defeitos de materiais e fabricação para os modulo fotovoltaicos e todas as estruturas de suporte;

**19.4.3** 5 (cinco) anos de garantia para os inversores fotovoltaicos bifásicos;

**19.4.4** 25 (vinte e cinco) anos de garantia de potência no mínimo 80% (oitenta por cento) relativo a potência nominal;

**19.4.5** 5 (cinco) anos de garantia para demais serviços.

**Parágrafo único:** Nesse período a contratada deverá prestar manutenção, limpeza, reposição de peças e demais necessidades com vistas a manter a qualidade de produtividade dos geradores, em manutenções preventivas de seis em seis meses e corretiva por demanda, prontificando-se atender em no máximo 07 (sete) dias úteis após acionamento.

**19.5** Caso os prazos de que tratam as condições anteriores não estejam expressamente indicados na proposta, esses serão considerados como aceitos.

**19.6** O prazo de conclusão da obra previsto pelo Edital poderá ser excepcionalmente prorrogado, quando solicitado pelo licitante contratado durante o transcurso, desde que ocorra por motivo justificado decorrente de impedimentos que paralise ou restrinjam o normal andamento dos serviços, causados por fatos alheios à responsabilidade do licitante contratado, devidamente comprovado e aceito pela fiscalização dos órgãos participantes.

**19.7** Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, em 120 (cento e vinte) dias corridos, e caso persista o interesse dos órgãos participantes, estes poderão solicitar prorrogação geral da validade acima referida, por igual prazo, no mínimo.

**19.8** Se no decorrer dos 120 (cento e vinte) dias, da data do recebimento dos envelopes e início da abertura da sessão, se não houver a solicitação ou a convocação de que trata as condições deste Edital, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**19.9** Dos licitantes classificados, serão exigidos, em até 10 dias após a assinatura do contrato, prestação de garantia de 3% (três), dentre as modalidades previstas no art. 56, § 1º da Lei nº 8.666/93, sobre o valor global estimado do contrato.

**19.10** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados da data da publicação do seu extrato no DOU.

**19.11** Se a Contratante relevar o descumprimento no todo ou em parte de quaisquer obrigações da Licitante Adjudicatária, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer modo afetar ou prejudicar essas mesmas obrigações, as quais permanecerão inalteradas como se nenhuma omissão ou tolerância houvesse ocorrido.

**19.12** Os locais de execução dos serviços de cada item estão discriminados no Anexo I – Anteprojeto (Termo de Referência) do Edital.

## **20 DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **20.1 Das responsabilidades e obrigações da contratada:**

**20.2** Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste Instrumento e seus Anexos, obriga-se, ainda, a licitante a:

**20.2.1** Respeitar os prazos previstos por este edital e anexos, em especial no tocante a:

**20.2.1.1** Apresentação de documentos após a classificação das propostas;

**20.2.1.2** Assinatura da Ata de Registro de Preços;

**20.2.1.3** Assinatura do Contrato;



**20.2.1.4** Apresentação de documentos que apresentem garantia da execução do serviço;

**20.2.2** Prestar seus serviços com ética, moralidade, impessoalidade, compromisso, idoneidade, responsabilidade e eficiência;

**20.2.3** Manter situação regular junto ao Cadastro Informativo de Créditos do Setor Público Federal – CADIN, conforme disposto no Artigo 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002;

**20.2.4** Manter as condições de habilitação durante a execução do contrato;

**20.2.5** Informar ao IFSULDEMINAS qualquer fato superveniente que reflita na execução do contrato.

**20.3** É facultado ao IFSULDEMINAS, quando a licitante adjudicatária não cumprir as condições deste Edital e seus Anexos, não apresentar a garantia de execução do Contrato, não assinar o Contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidas:

**20.3.1** Revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das cominações previstas no Art. 47 da Lei 12.462/2011 e neste Edital;

**20.3.2** Convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do Contrato;

**20.3.2.1** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do previsto pelo Edital, nas mesmas condições, o IFSULDEMINAS poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do Contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o respectivo valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados nos termos deste Edital.

**20.4** A CONTRATADA deverá instalar e manter, sem ônus para o IFSULDEMINAS e demais órgãos participantes, no local de execução dos serviços: um contêiner com: banheiro, depósito e escritório com os meios necessários à execução da fiscalização e medição dos serviços com área mínima de 15 m².

**20.5** A CONTRATADA deverá colocar e manter placas indicativas do empreendimento, de acordo com os modelos adotados pelo IFSULDEMINAS, que deverão ser afixadas em local apropriado, enquanto durar a execução dos serviços.

**20.6** A CONTRATADA deverá providenciar, sem ônus para o IFSULDEMINAS e no interesse da segurança do seu próprio pessoal, o fornecimento de roupas adequadas ao serviço e de outros dispositivos de segurança a seus empregados, bem como a sinalização diurna e noturna nos níveis exigidos pelas Normas de segurança.

**20.7** A produção ou aquisição dos materiais e respectivo transporte são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

**20.8** A CONTRATADA deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão ou entidade contratante e dos órgãos de controle interno e externo.

**20.9** Entregar os objetos da presente licitação, de acordo com as especificações no anteprojeto e demais anexos e ao edital.

**20.10** Assumir todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e o IFSULDEMINAS não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

**20.11** Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

**20.12** Corrigir, às suas expensas, quaisquer danos causados à Administração, decorrentes da utilização dos bens de seu fornecimento;

**20.13** Fica obrigada durante o contrato, a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**20.14** Fornecer os equipamentos ora licitados, dentro de elevados padrões de qualidade, com os veículos e materiais apropriados, em quantidade compatível para a adequada entrega, conforme anteprojeto;

**20.15** Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração seja qual for, desde que praticadas por seus empregados durante a execução dos serviços contratados;

**20.16** Zelar pela perfeita entrega dos materiais contratados, devendo as falhas que porventura venham a ocorrer serem sanadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação formal da Administração;

**20.17** Entregar os materiais dentro do Cronograma e rotinas estabelecidas, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis;

**20.18** Os projetos, equipamentos e materiais objetos desta licitação devem ser entregues em local a ser indicado pela Contratante, sem ônus a esta, devendo ainda a Contratada arcar com todos os custos de transporte e pessoal, caso o objeto assim necessite ou ainda a critério da administração;

**20.19** Responder por todos os danos causados por seus empregados, voluntária ou involuntariamente à União ou terceiros, na prestação dos serviços de entrega dos equipamentos contratados, até mesmo o ato da própria entrega, inclusive por acidentes, mortes, perdas ou destruições, isentando o IFSULDEMINAS de todas e quaisquer reclamações que possam surgir;

**20.20** Substituir, sempre que exigido pelo Contratante desde que haja justificção por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios á disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público;

**20.21** A Contratada, subsidiariamente, obriga-se a:

**20.21.1** Manter o atendimento padrão recomendado pelo fabricante e de acordo com as normas técnicas brasileiras;

**20.21.2** Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da entrega dos equipamentos, tais como: pessoal, ferramentas, salários, impostos, transporte, alimentação e outros;

**20.21.3** Instruir, durante o transporte, os operadores/transportadores dos equipamentos sobre o uso/transporte adequado dos dispositivos;

**20.21.4** Ser responsável, ainda, por danos causados diretamente a qualquer bem de propriedade da Contratante em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados e/ou entregues;

**20.21.5** Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;

**20.21.6** Não sublocar integralmente o objeto deste contrato;

**20.21.7** Sujeitar-se à fiscalização por parte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – IFSULDEMINAS, no decorrer da entrega dos materiais;

**20.21.8** A Contratada deve manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

**20.21.9** Executar fielmente o contrato que é do tipo *turn key*, com a finalidade de entregar integralmente os objetos do contrato quais sejam: elaboração dos projetos, fornecimento de materiais e equipamentos, construção, montagem e colocação em operação.

## **20.22 Das responsabilidades e obrigações da contratante:**

**20.22.1** Efetuar os pagamentos à Empresa vencedora, correspondente à entrega dos equipamentos de informática, dentro do prazo estipulado neste Edital;

**20.22.2** Aplicar à Empresa vencedora as penalidades regulamentares e contratuais.

**20.22.3** Notificar a vencedora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na entrega dos materiais recebidos, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

**20.23** Caberá ainda subsidiariamente à contratante as seguintes obrigações:

**20.23.1** Propor todas as facilidades necessárias para que a Contratada possa cumprir as condições estabelecidas neste Edital e Ata/Contrato posterior;

**20.23.2** Manter os materiais em local apropriado ao seu bom funcionamento, de acordo com as especificações técnicas constantes em seus manuais operacionais;

**20.23.3** Informar a Contratada sobre qualquer irregularidade apresentada no funcionamento/montagem dos equipamentos adquiridos;

**20.23.4** Fiscalizar o exato cumprimento das condições estabelecidas no presente instrumento contratual;

**20.23.5** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada;

**20.23.6** Aprovar, previamente, qualquer peça para a devida substituição e verificar se se trata de original ou recomendada pelo fabricante, quando for o caso;

**20.23.7** Acompanhar e fiscalizar, com rigor, a substituição de qualquer peça, a fim de não ser colocada outra que não seja tão somente uma original ou recomendada pelo fabricante, quando for o caso.

## **21 DA GARANTIA**

**21.1** Providenciar, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato, Garantia de Cumprimento do Contrato, correspondente a 3% (três por cento), do seu valor global (importância segurada), com prazo de vigência não inferior ao prazo de vigência do Contrato, numa das seguintes modalidades:

**21.1.1** Caução em dinheiro:

**21.1.1.1** A Caução em dinheiro deverá ser efetuada em conta de caução, obrigatoriamente da Caixa Econômica Federal (Decreto-Lei nº 1.737/79, art. 1º, inciso IV), vinculada ao IFSULDEMINAS.

**21.1.1.2** Títulos da Dívida Pública, desde que emitidos pelo Tesouro Nacional e custodiados na CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos, sob a fiscalização do Banco Central do Brasil, ou junto a instituições financeiras, sob as regras do SELIC – Sistema Especial de Liquidez e Custódia de Títulos Públicos Federais. Devem,

ainda, ser revestidos de liquidez livremente negociados no mercado de valores mobiliários, e, ainda, sua titularidade estar gravada em nome da empresa Contratada;

**21.1.1.3** Fiança bancária conforme carta de fiança fornecida por estabelecimento bancário, devidamente registrada em cartório de registro de títulos e documentos, conforme determinado pela Lei 6.015/73, art. 129, acompanhada de:

21.1.1.3.1 Cópia autenticada do estatuto social do banco;

21.1.1.3.2 Cópia autenticada da assembleia que elegeu a última diretoria do banco;

21.1.1.3.3 Cópia autenticada do instrumento de procuração, em se tratando de procurador do banco;

21.1.1.3.4 Reconhecimento de firmas das assinaturas constantes da carta de fiança.

**21.1.1.4** Seguro-garantia – entrega da apólice, inclusive digital, emitida por empresa em funcionamento no Brasil, legalmente autorizada, sendo o IFSULDEMINAS o único beneficiário do seguro:

21.1.1.4.1 Via original da apólice completa, ou seja, com as Especificações Técnicas do Seguro, Condições Gerais e as Condições Especiais da Garantia, impressas em seu verso ou anexas. Alternativamente, poderá ser emitida apólice com certificação digital;

21.1.1.4.2 O seguro-garantia e suas condições gerais deverão atender aos Anexos da CIRCULAR SUSEP Nº 232, de 3 de junho de 2003;

21.1.1.4.3 O seguro-garantia deverá ser livre de franquias.

21.1.1.4.4 Na apólice mencionada deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

21.1.1.4.4.1 Número completo da licitação ou, quando se tratar de aditamento, o número do Contrato;

21.1.1.4.4.2 Objeto a ser contratado, especificado neste Edital;

21.1.1.4.4.3 Nome e número do CNPJ do SEGURADO (IFSULDEMINAS);

21.1.1.4.4.4 Nome e número do CNPJ do emitente (Seguradora);

21.1.1.4.4.5 Nome e número do CNPJ da CONTRATADA (TOMADORA da apólice).

21.1.1.4.4.6 As apólices de seguro, em todas as suas modalidades, e/ou cartas de fiança, e seus endossos e aditamentos, devem expressar o IFSULDEMINAS como SEGURADA e especificar claramente o objeto do seguro de acordo com o Edital e/ou Termo de Contrato ou Termo Aditivo a que se vincula;

**21.2** Sobre o valor da caução prestada em dinheiro, incidirá o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, *pro rata tempore* pela fórmula estabelecida na minuta do Contrato que representa conforme ANEXO XX – MINUTA DE CONTRATO deste Edital, atualizada a partir da data de recolhimento ao IFSULDEMINAS;

**21.3** Respeitadas as demais condições contidas neste Edital e seus Anexos, a garantia será liberada após a integral execução do Contrato, desde que a licitante contratada tenha cumprido todas as obrigações contratuais.

**21.4** A garantia somente será liberada após o perfeito e integral cumprimento do Contrato, que somente será assim considerado quando a CONTRATADA comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias referentes à mão de obra utilizada;

**21.5** A garantia deverá contemplar o período da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, repactuação ou alteração efetiva no Contrato;

**21.6** Caso o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas e previdenciárias decorrentes da contratação não seja comprovado até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência do contrato, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas diretamente pelo IFSULDEMINAS;

**21.7** A perda da garantia em favor do IFSULDEMINAS, em decorrência de rescisão unilateral do Contrato, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no Contrato;

**21.8** Na carta fiança bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e 835 do Código Civil Brasileiro.

**21.9** A garantia prestada por fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ser renovada anualmente, no percentual previsto por este Edital, devidamente atualizada;

**21.10** É vedada qualquer cláusula de exceção, principalmente em relação à garantia das verbas trabalhistas e previdenciárias, nas garantias apresentadas na forma de fiança bancária ou seguro-garantia;

**21.11** A garantia deverá ser integralizada, no prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração para acréscimo de objeto.

**21.12** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios dos arts. 827 e 835 do Código Civil.

**21.13** É vedada qualquer cláusula de exceção, principalmente em relação à garantia das verbas trabalhistas e previdenciárias, nas garantias apresentadas na forma de fiança bancária ou seguro-garantia.

**21.14** Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente pelo IFSULDEMINAS, em pagamento de multa que tenha sido aplicada à Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data em que tiver sido notificada.

**21.15** A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após o perfeito e integral cumprimento do contrato, que somente será assim considerado quando a Contratada comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias referentes à mão de obra utilizada.

**21.16** A liberação ou restituição da garantia à Contratada será efetuada em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do Termo de Recebimento Definitivo, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, com base na Caderneta de Poupança.

**21.17** Caso o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas e previdenciárias decorrentes da contratação não sejam comprovados até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência do contrato, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas diretamente pelo IFSULDEMINAS.

**21.18** A perda da garantia em favor do IFSULDEMINAS, em decorrência de rescisão unilateral do contrato, far-se-á de pleno direito, independente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato.

**21.19** Será exigida garantia adicional, configurando-se a hipótese prevista no art. 48, § 2º da Lei nº 8.666/93.

## **22 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**22.1** Os recursos para a aquisição do objeto do presente registro de preços, de acordo com os quantitativos efetivamente contratados, possuem dotação orçamentária própria e serão certificados por ocasião de cada contratação.

## **23 DO PAGAMENTO**

**23.1** Os pagamentos serão efetuados em parcelas correspondentes a cada etapa ajustada no cronograma físico-financeiro, com desembolso mensal efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao fato gerador, somente após a fiscalização – a ser realizada em 5 (cinco) dias úteis a contar do término da respectiva etapa e a emissão de comprovante da efetiva realização dos serviços, mediante atestado, à vista da apresentação das notas fiscais e das faturas junto à fiscalização do IFSULDEMINAS, desde que comprovada a regularidade da situação fiscal.

**23.1.1** Serão liquidados, no prazo estabelecido no subitem precedente, todos os processos de pagamentos a fornecedores encaminhados ao Departamento competente de cada órgão até o dia 21 (vinte e um) do mês da realização dos serviços, para que seja possível incluí-los no sistema SIAFI em tempo hábil para sua quitação.

**23.1.2** Processos de pagamento encaminhados depois da data indicada no subitem anterior terão sua liquidação postergada para o mês subsequente.

**23.2** Para fins de pagamento das parcelas correspondentes aos serviços executados, a Contratada deverá apresentar cópia autenticada da guia de recolhimento do FGTS quitada e das demais guias de recolhimento das obrigações trabalhistas, ocasionadas por rescisão de contrato de trabalho (quando for o caso), também quitadas, correspondentes aos serviços executados no mês anterior, bem como da respectiva folha de pagamento, nos termos do art. 31, § 5º da Lei nº 8.212/91.

**23.3** Serão retidos na fonte os tributos e contribuições sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas conforme legislação vigente. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tiver sido imposta em decorrência de inadimplência contratual.

**23.4** No caso de eventual atraso de pagamento provocado exclusivamente pela Administração e mediante pedido da contratada, o valor devido será atualizado financeiramente, desde a data de adimplemento até a data do efetivo pagamento com juros de mora a taxa de 6% (seis por cento) ao ano, calculados “pro rata tempore”, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 ( $I = (6/100)/365$ ) 6=taxa anual de 6%.



**23.5** Multiplicando-se as quantidades executadas e medidas desde que verificadas e aprovadas pela fiscalização das concessionárias e da contratante, pelos preços unitários constantes na Planilha do Contrato;

**23.6** A atestação das notas fiscais referentes às etapas dos serviços caberá à fiscalização do IFSULDEMINAS ou servidor designado para este fim.

## **24 DO REAJUSTE DO PREÇO NO CONTRATO**

**24.1** O valor do contrato original não sofrerá reajuste, haja vista o período definido para início e final da entrega definitiva dos serviços.

**24.2** A Contratada somente poderá solicitar recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade.

**24.3** Em ocorrendo fato fortuito ou de força maior, a situação e/ou pleito serão analisados pela Administração, e poderão ser acatados, desde que devidamente comprovados e mediante planilhas que demonstrem os aumentos cabíveis para reajustes.

## **25 DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**25.1** Comete infração administrativa, a Adjudicatária que se recuse a assinar o contrato, depois de devidamente notificada, sem motivo justificado, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida nos termos do art. 47 da Lei nº 12.462/11 e art. 81 da Lei nº 8.666/93.

**25.1.1** Ocorrendo a hipótese de não assinatura do contrato, o ordenador de despesas determinará a anulação da nota de empenho, ficando ainda a Adjudicatária sujeita às seguintes sanções, assegurados os princípios da ampla defesa e do contraditório:

**25.1.1.1** A aplicação de multa compensatória correspondente a 10% (dez por cento) do valor total da proposta.

**25.1.1.2** A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o IFSULDEMINAS pelo prazo de até 2 (dois) anos.

**25.1.1.3** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.

**25.1.1.4** Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme art. 47 da Lei nº 12.462/11.

**25.1.1.5** O valor da multa deverá ser recolhido pela Adjudicatária inadimplente dentro do prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a partir de sua intimação, por meio de Guia de Recolhimento para a União (GRU), a ser fornecida pela Coordenação Geral de Contabilidade do IFSULDEMINAS ou do departamento competente de cada órgão participante.

**25.1.1.6** Decorrido o prazo sem que haja recurso ou manifestação da Adjudicatária, o ordenador de despesa, adotará as medidas cabíveis visando a cobrança por via judicial.

**25.2** Comete, ainda, infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666/93, a Contratada que:

**25.2.1** Não assinar no prazo determinado pelo Edital a Ata de Registro de Preços;

**25.2.2** Não executar total ou parcialmente o contrato;

**25.2.3** Tenha sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

- 25.2.4** Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 25.2.5** Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;
- 25.2.6** Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato.
- 25.3** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 25.3.1** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.
- 25.3.2** Multa de:
- 25.3.2.1** 0,1 % (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado, sobre o valor do contrato atualizado, limitado a 30 (trinta) dias de atraso. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso será considerado motivo para rescisão contratual.
- 25.3.2.2** Até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato atualizado no caso de inexecução total ou parcial da obrigação assumida, podendo ser cumulada com a multa prevista no subitem anterior.
- 25.3.2.3** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.
- 25.3.2.4** Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos conforme art. 47 da Lei nº 12.462/11.
- 25.3.3** A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação das multas previstas neste Edital.
- 25.3.4** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93 e subsidiariamente na Lei nº 9.784/99.
- 25.3.5** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 25.3.6** As multas devidas e/ou prejuízos causados o IFSULDEMINAS serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 25.3.7** Caso a Administração determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Administração.
- 25.3.8** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 25.3.9** As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- 25.4** Dos atos da Administração, praticados no curso desta licitação, serão admitidos:
- 25.4.1** Recursos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, ou da lavratura da Ata de reunião, nos casos de:
- 25.4.1.1** Julgamento das propostas.
- 25.4.1.2** Habilitação ou inabilitação do licitante.
- 25.4.1.3** Anulação ou revogação da licitação.
- 25.4.1.4** Indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento.
- 25.4.1.5** Rescisão do contrato por ato unilateral da Administração, nos casos a que se refere o inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93.

- 25.4.1.6** Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.
- 25.4.1.7** Pedido de reconsideração, de decisão do Ministro de Estado, nos casos de declaração de inidoneidade, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

**25.5** Interposto o recurso, tal ato será comunicado aos demais licitantes, que poderão apresentar contrarrazões no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da Ata de reunião.

**25.6** Os recursos previstos quanto ao julgamento das propostas e habilitação serão exercidos na fase recursal única, conforme previsto neste Edital.

**25.7** O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual pode reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informado. Neste caso a decisão deverá ser proferida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contando do recebimento do recurso.

## **26 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**26.1** Os interessados deverão estudar minuciosa e cuidadosamente o Edital e seus Anexos, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar os custos e prazos das obras/serviços.

**26.2** Os interessados deverão examinar o anteprojeto, bem como todas as instruções, termos e especificações técnicas constantes do presente Edital. O não fornecimento de todas as informações requeridas ou a apresentação de uma proposta em desacordo com a documentação solicitada no Edital e seus Anexos, será de responsabilidade do licitante, podendo resultar na rejeição de sua proposta.

**26.3** O anteprojeto referente à implantação desta obra foi elaborado dentro dos critérios de sustentabilidade, visando a economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia, bem como a utilização de tecnologia e materiais que reduzam o impacto ambiental, tendo suas especificações e demais exigências de projeto norteados pela Instrução Normativa nº 01/2010 do SLTI/MPOG.

**26.4** Os licitantes arcarão com todos os custos associados com a elaboração e apresentação de sua proposta, o IFSULDEMINAS, em nenhum caso, será responsável ou sujeita a esses custos, independentemente do resultado do processo licitatório.

**26.5** A participação na licitação objeto deste instrumento implicará a aceitação integral das condições nele estabelecidas, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor.

**26.6** A placa dos serviços, constante do Anexo I, deverá ser fornecida pela Contratada e ser entregue junto à fiscalização do IFSULDEMINAS após o término dos serviços.

**26.7** O IFSULDEMINAS poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para comprovar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, não cabendo aos licitantes direito a indenização.

**26.8** Alterações contratuais serão processadas mediante Termo Aditivo ou apostilamento, se for o caso, devidamente justificado e autorizado pelo IFSULDEMINAS, desde que, não sejam para alterar o valor do contrato em virtude de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais descritivos, estudos técnicos preliminares do projeto básico.

**26.9** As ambiguidades e casos omissos do presente Edital serão resolvidos pela CEL, observando-se rigorosamente o contido na Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, na Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, e no Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007 e subsidiariamente à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações.

**26.10** O resultado da licitação será publicado no Diário Oficial da União (DOU), obedecido o disposto na Lei nº 8.666/93 em seu art. 109, § 1º e art. 16, e alterações.

## **27 DO FORO**

**27.1** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Minas Gerais, Subseção Judiciária de Pouso Alegre, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Pouso Alegre-MG, 04 de maio de 2016.

**Marcelo Bregagnoli**  
**Reitor**